



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

SANDRA CAMALA CORREIA

**PARTICIPAÇÃO FEMININA NA DIPLOMACIA GUINEENSE:
PERCURSO E DESAFIOS DE SUPERAÇÃO (1994-2019)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

SANDRA CAMALA CORREIA

**PARTICIPAÇÃO FEMININA NA DIPLOMACIA GUINEENSE:
PERCURSO E DESAFIOS DE SUPERAÇÃO (1994-2019)**

Trabalho de Conclusão de Curso – Modalidade Projeto de Pesquisa – apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para a obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

SANDRA CAMALA CORREIA

**PARTICIPAÇÃO FEMININA NA DIPLOMACIA GUINEENSE:
PERCURSO E DESAFIOS DE SUPERAÇÃO (1994-2019)**

Trabalho de Conclusão de Curso – Modalidade Projeto de Pesquisa – apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para a obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovada em: 15/02/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Mariana Preta Oliveira de Lyra

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Joyce Amâncio de Aquino Alves

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	JUSTIFICATIVA	6
3	PERGUNTA DE PESQUISA	9
3.1	PRESSUPOSTO DA PESQUISA	9
4	OBJETIVOS	10
4.1	OBJETIVO GERAL	10
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
5	REFERENCIAL TEÓRICO	10
5.1	MULHERES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU	10
5.2	POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO NA GUINÉ-BISSAU: LIMITES E POSSIBILIDADES	12
5.3	MULHERES NA DIPLOMACIA: DAS BARREIRAS À SUPERAÇÃO	14
6	METODOLOGIA	17
7	CRONOGRAMA	19
	Referências	20

1 INTRODUÇÃO

A questão da participação feminina na diplomacia tem sido objeto de debate e discussão, principalmente nos últimos anos. Em comparação com outros continentes nos quais as mulheres vêm ganhando espaço tanto no campo político quanto no diplomático, nota-se uma fraca participação e protagonismo das mulheres africanas, em particular das mulheres guineenses, na diplomacia. A demora no processo de democratização do próprio continente, pode ser apontada como uma explicação parcial deste fenômeno. Conforme explica Mango (2019), a África teve seu início em termos de reflexões e debates democráticos entre os anos 1980 e o início dos anos 1990, com o propósito de fazer uma reforma social, política e econômica.

No caso específico da Guiné-Bissau, antes da sua independência durante a luta de libertação, após ter esgotado todos os mecanismos de negociação da sua independência de forma pacífica e diplomática, o país foi forjado a uma “diplomacia militar” liderada pelo Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). De acordo com Mango (2019), Luís Cabral (meio irmão de Amílcar Cabral) foi escolhido pelo PAIGC como presidente que depois assumiu o governo do país, num contexto do partido único, com a missão de estruturar a Guiné-Bissau em termos políticos, econômicos e sociais. Não obstante o papel ativo e preponderante que as mulheres tinham na altura de libertação - segundo Gomes (2016) “o próprio Amílcar Cabral reconhece que as mulheres desempenharam papel importante no processo da luta pela independência” -, no período que se segue à independência havia poucas mulheres em lugares de destaque na diplomacia guineense e com passar do tempo este número caiu ainda mais.

De acordo com Cabral, citado por Godinho (2016, p. 126) tratando da luta pela libertação da Guiné-Bissau, “A nossa revolução nunca será vitoriosa se não conseguirmos a plena participação das mulheres”. Neste sentido, importa lembrar que as mulheres guineenses sempre lutaram pelo bem-estar do país. No entanto, com o passar dos anos, as mulheres foram sendo afastadas lentamente dos espaços públicos, principalmente depois da independência. Segundo Gomes Monteiro (2020), com decorrer deste processo muitas mulheres foram afastadas dos espaços de tomadas de decisões e voltaram ao lugar de submissão, sendo tidas na sociedade como incapazes, sobretudo no que se refere aos espaços políticos ocupados, prioritariamente, pelos homens. Considerando esse contexto de difícil inserção das mulheres no período entre os anos de 1994 a 2019, faz-se necessário compreender em que medida as mulheres são estrutural e sistematicamente discriminadas e excluídas na sociedade guineense, principalmente nas esferas decisórias.

A partir desta abordagem inicial, pretende-se, no âmbito do projeto de pesquisa aqui proposto, tratar da participação das mulheres na diplomacia guineense. Nesta perspectiva, faz-se necessário problematizar algumas questões, a saber: Como tem sido a participação das mulheres guineenses na esfera político-decisória, em especial na diplomacia? Quais são as barreiras, constrangimentos e desafios de superação das mulheres guineenses na diplomacia? São essas entre outras perguntas que a pesquisa que pretende-se realizar buscará responder.

Tendo em vista a necessidade de propor debates que vão ao encontro da nossa problemática de pesquisa, buscaremos observar as formas e condições em que se dá a participação das mulheres no cenário diplomático guineense. Para isso, assumimos o pressuposto de que a presença das mulheres é minoritária na política guineense, de um modo geral, e na diplomacia, particularmente. Importa ressaltar que as dificuldades de ingresso e ascensão das mulheres na carreira diplomática na Guiné Bissau, pode ser observada na submissão destas a serviços mínimos e cargos auxiliares antes de chegarem ao topo da carreira. Com base nessas observações preliminares resultantes da literatura disponível, buscaremos realizar a pesquisa buscando respostas aos questionamentos e inquietações referentes a esta temática.

2 JUSTIFICATIVA

A escolha desta temática se ancora em vários motivos que transitam da esfera pessoal a sociopolítica. O primeiro motivo se justifica não somente pelo fato de eu ser uma mulher guineense, mas, sobretudo, por ser uma entusiasta da dinâmica da diplomacia do meu país e que se atenta à relação de poder e de gênero que nela se dá, entendendo que, apesar dos constrangimentos e barreiras, as mulheres têm dado uma contribuição significativa ao campo. Importante também ressaltar que, na Guiné-Bissau, a maioria das mulheres acaba por desistir dos cursos relacionados à política com medo de serem humilhadas ou rejeitadas pela sociedade estruturada no patriarcado. Assim, elas enfrentam um percurso incerto com relação ao seu futuro, provocado pela desigualdade de gênero presente na sociedade na qual se encontram.

O recorte temporal do projeto de pesquisa, por sua vez, se justifica porque antes de 1994 o sistema político na Guiné-Bissau era alicerçado no sistema monopartidário, ou seja, existia somente um único partido que era o Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). No entanto, em 1994 houve uma mudança do monopartidarismo para o multipartidarismo, tendo sido criados outros partidos, o que permitiu a realização da primeira

eleição na Guiné-Bissau. No entanto vale ressaltar que, apesar de assunção dos partidos políticos, o número de mulheres nos partidos se mostrou inferior ao dos homens, sendo estas uma minoria nas composições de cada um dos partidos. Nesse sentido, aponta-se que na primeira eleição do período multipartidário existiu somente uma candidatura feminina. O quadro abaixo ilustra os resultados da primeira volta da primeira eleição multipartidária na Guiné-Bissau.

Tabela 1 - Resultados do primeiro turno das primeiras eleições presidenciais multipartidárias na Guiné-Bissau

Posição dos Candidatos	Votos	%
João Bernardo Vieira	142.577	46,20
Koumba Yala	67.518	21,88
Domingos Gomes Fernandes	53.825	7,44
Carlos Domingos Gomes	15.645	5,07
François Kankoila Mendy	8.645	2,80
Bubacar Djaló	8.506	2,76
Victor Saúde Maria	6.388	2,07
Antonieta Rosa Gomes	6.509	1,79

Fonte: Agência Noticiosa da Guiné, boletim nº 34 (22/07/94) p. 4.

O quadro acima exposto demonstra a pouca expressividade da participação das mulheres no cenário político da Guiné-Bissau na época. Tal fato, no entanto, não condiz com o amplo envolvimento das mulheres em várias esferas da vida social, política e democrática do país antes da formação dos partidos, expressa na participação das várias figuras femininas nos movimentos pró-independentes, por exemplo. Cabe citar, neste sentido, casos como o de Titina Silá¹ e o de Carmem Pereira², mulheres que estiveram envolvidas no processo da guerra contra o império colonial português. Não menos importante, podemos citar casos mais recentes

¹ Popularmente conhecida como Titina Sila, foi uma destacada militante, guerrilheira e heroína na Luta pela Libertação Nacional na Guiné-Bissau. Nascida em Cadique Betna, ao sul do Tombali. Em 1962, aos dezenove anos, aderiu ao movimento revolucionário, aderindo ao que preconizava o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde- PAIGC. (Disponível em: <https://www.ufrgs.br/africanas/ernestina-silla-1943-1973/>)

² Carmem Pereira Líder nacionalista da Guiné-Bissau, presidenta interina por dois dias em 1984. Filha de um advogado, assim como as outras três irmãs, frequentou a escola até a quarta série. Casou-se e teve três filhos, dois meninas e uma menina. Seu marido entrou para o movimento da libertação, fato que ela descobriu por acaso. Porém seguiu seu exemplo e tornou-se ativa também no Partido Africano Independência da Guiné e Cabo Verde-PAIGC em 1962. (Disponível em: <https://www.ufrgs.br/africanas/carmen-pereira-1937-2016/>)

de mulheres cuja importância na política pública nacional é reconhecida, como é o caso de Adja Satu Camara³ e Suzi Barbosa. Neste sentido, a contradição referente à participação feminina na política guineense nos apresenta um campo fértil para a pesquisa. De acordo com os estudos de Patrícia Godinho Gomes (2016):

Abordar o tema da participação feminina na construção da cidadania ativa na Guiné-Bissau é um exercício complexo. Nesse país, as mulheres insurgiram-se ao lado dos homens desde os tempos da resistência à conquista colonial e também durante a luta pela independência. Demonstraram uma reconhecida capacidade em se implicar em ações em prol da preservação e da restauração da liberdade confiscada durante a experiência colonial. Figuras imponentes como a da rainha Pampa da sociedade Bijagó que, no início do século XX, travou uma batalha sem tréguas contra a penetração portuguesa; histórias de mulheres responsáveis políticas como Carmem Pereira ou Teodora Inácia Gomes, ou de comandantes militares como Titina Sila [...] todas elas contribuem para a construção de uma outra visão da História que procura resgatar as experiências sociais e políticas de homens e de mulheres, numa tentativa permanente de um reconhecimento social e da procura de auto-estima. (GOMES, 2016, p. 125-126).

Considerando estes elementos, percebe-se que as mulheres guineenses sempre desempenharam papéis importantes na sociedade, sobretudo na política ativo-partidária, mas ao passar de tempo pode-se dizer que tem havido a existência de um processo de silenciamento das trajetórias destas mulheres. A necessidade de compreensão desta mudança e dos seus impactos, portanto, justifica a realização da pesquisa aqui proposta.

Por outro lado, do ponto de vista de histórico das pesquisas de gênero que abordam a participação das mulheres guineenses na política, nota-se que existe um certo vazio, não no sentido da temática da mulher em si, mas no campo específico das relações internacionais ou, particularmente, da diplomacia. Neste sentido, concordamos com o que está posto pelo estudo do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) dirigido pelos pesquisadores Miguel de Barros e Odete Costa Semedo (2013, p. 12) e intitulado “A Participação das Mulheres na Política e na Tomada de Decisão na Guiné-Bissau da consciência, percepção à prática política”, quando este nos aponta que:

A realização deste estudo parte da necessidade de dar uma maior visibilidade e valorizar o papel assumido pelas mulheres enquanto protagonistas na política formal

³ Adja Satu Camará filha de Mamadú Camará et de Mariama Sambú, nasceu na Aldeia de N'Tuhana, Sector de Buba, Região de Quínara. Sob a influência do seu pai, activista, integrou nas fileiras do PARTIDO Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde- (PAIGC) e da luta de libertação nacional em 1962. Em 2016, Adja Pinto deixou o PAIGC. No ano seguinte, em 2017, foi a primeira mulher Bissau-guineense a obter a grau de General. Juntou-se ao Movimento de alternância democrática-Grupo 15 em 2018, na qual foi eleita segunda vice-presidente da Assembleia Nacional Popular (2019). Em 2020 foi nomeada quarta vice-Presidente da Mesa Parlamentar da CEDEAO (2020). (Disponível em: <https://www.ufrgs.br/africanas/adja-satu-camara-pinto-1948/>)

e ativa, bem como no poder tradicional. Pretende assim contribuir para o fortalecimento de conhecimentos específicos ao contexto da Guiné-Bissau, através de informação sobre os constrangimentos e as oportunidades à participação política das mulheres, lançando pistas de reflexão [...]. (BARROS; SEMEDO, 2013, p. 13).

Desta forma, entendemos que da realização pesquisa proposta podem emergir contribuições relevantes para futuras pesquisas que se relacionem com a participação das mulheres nos processos da diplomacia guineense. Podendo ainda trazer um olhar crítico em relação a forma como é produzido o silenciamento das trajetórias destas mulheres nos mais altos espaços das decisões que envolvem o cenário social e político na Guiné-Bissau.

3 PERGUNTA DE PESQUISA

Levando em conta o que já foi exposto, a pergunta de pesquisa deste trabalho consiste em saber:

Como se dá o percurso e quais os principais desafios à participação feminina na diplomacia guineense, no período entre 1994 e 2019?

3.1 PRESSUPOSTO DA PESQUISA

Partindo da leitura das bibliografias até neste momento, conseguimos formular um olhar sobre fraca participação das mulheres na diplomacia guineense. Por outro lado, vê-se que as mulheres guineenses não estão desmobilizadas e estão num nível ativo de lutas. Contrariamente ao período pós-independência, agora as mulheres estão conquistando espaços na sociedade, a título de exemplo temos a atual ministra dos Negócios Estrangeiros – Suzi Barbosa, o que, contudo, não significa que as mulheres já estão totalmente emancipadas. Ainda tem muito mais coisas e desafios a serem conquistadas. Neste sentido, entendemos que o pressuposto da pesquisa aqui proposta passa pelo entendimento que a presença das mulheres é minoritária na política guineense, de um modo geral, e na diplomacia, particularmente. Não menos importante, que as dificuldades de ingresso e ascensão das mulheres na carreira diplomática na Guiné Bissau, pode ser observada na submissão destas a serviços mínimos e cargos auxiliares antes de chegarem ao topo da carreira. Deste modo, pressupomos que o percurso das mulheres guineenses que almejam a carreira diplomática é muito mais difícil que o dos homens e que os desafios destas para alcançar o cargo almejado são muito maiores e mais complexos.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

O projeto de pesquisa aqui proposto tem como *objetivo geral*: analisar o percurso e compreender os principais desafios à participação feminina na diplomacia guineense, no período entre 1994 e 2019.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Apresentar e analisar o contexto histórico da Guiné-Bissau, problematizando a participação feminina na política e no processo de democratização;
- ✓ Analisar as causas do silenciamento das mulheres no cenário diplomático da Guiné-Bissau de 1994-2019;
- ✓ Avaliar os possíveis impactos da participação feminina na diplomacia guineense;
- ✓ Compreender como é que se dão as relações de poder, gênero e representatividade feminina no “xadrez” político-diplomático guineense.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 MULHERES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU

A partir dos estudos de Barros e Semedo (2012), as pesquisas feitas sobre as mulheres mostram que existe um espaço vazio das vozes femininas na política e nas tomadas de decisões. Nesse sentido, compreendemos que na Guiné-Bissau essa realidade não é diferente. O estudo mostra que as mulheres estão presentes em todas as esferas da vida. Contudo, quase sempre são relegadas para o segundo plano e os lugares que elas ocupam não são considerados de grande importância.

Do ponto de vista histórico, a pouca representatividade feminina na sociedade guineense não aconteceu só em termos políticos como também aconteceu em termos culturais. Alguns anos atrás, as tabancas e bairros de Guiné-Bissau eram governadas por régulos e chefes de tabancas, em sua maioria homens. Dentre os chefes de tabancas podemos citar: Bakompolo Có, Nsinhate Té, Honorio Pereira Barreto, Djanké Wali, Paté Koiada, Koly Tenguela,

Nkanandé Cá, Okinka Pampa, Djeri Ndepnak da Rocha, Kumeré, Bebiana Vaz, Rosa Carvalho D'Alvarenga, Aurélia Correia, Luísa da Silva, Infali Sonco, Abdu Indjai, Amilcar Cabral, etc. (SEMEDO, 2018, p. 9). Dos nomes citados acima, percebe-se que poucas mulheres lideram tabancas de Guiné-Bissau, e essa pouca liderança feminina continua se alastrando nos dias atuais.

Segundo Cheikh Anta Diop (2014), a família africana, na sua grande maioria, foi historicamente estruturada pela matrilinearidade onde as mulheres eram principais protagonistas e exerciam efetivamente papel importante na sociedade. No entanto, ainda de acordo com Diop (2014), essa dinâmica foi deturpada pela colonização europeia e por outros fatores externos como o advento de religiões que passaram a predominar no continente, tais como: Islão e Cristianismo.

Este sistema patriarcal ainda persiste nas sociedades africanas, onde muitas mulheres são subordinadas e manipuladas desde a nascença. Em algumas sociedades africanas o sistema patriarcal ainda tem um grande potencial, situação que ocorre, particularmente, na Guiné-Bissau, trazendo um impacto negativo na vida das mulheres. Partindo do ponto de vista histórico, houve um momento em que as mulheres tiveram que lutar ativamente contra a sociedade patriarcal.

De acordo com Cheikh Anta Diop (2014):

Na margem do rio Termodonte houve um momento que foi governada pelas mulheres, a Rainha que estava governando obrigava os homens a fiar lã e cuidar das tarefas femininas, ordenou leis segundo as quais funções militares pertenciam as mulheres, enquanto os homens eram mantidos na humilhação de escravatura. As mulheres pegavam as crianças do sexo masculino logo a nascença, imputavam as pernas e os braços, no modo de torna-los incapazes para serviço militar, queimavam também bico de sios das filhas para que o crescimento dos seios não as incomoda durante o combate. (DIOP, 2014, p. 122).

O episódio explicitado acima enaltece o papel desempenhado pelas mulheres. No que tange à participação feminina na Guiné-Bissau, podemos destacar a forma de organização societal dos Bijagós⁴, historicamente estruturada na base do matriarcado. A sociedade dos bijagós historicamente foi governada pela rainha Okinka Pampa:

⁴ Bijagó é a denominação dada a um dos povos que se encontram na região da costa ocidental do continente africano, especificamente na zona sul da Guiné Bissau, ao longo da costa, num conjunto de ilhas conhecido como Tchom de Bidjugu (Arquipélago dos Bijagós), formada por cerca de cem ilhas e ilhéus. A língua de comunicação é a própria Bijagó (odjokó, assim chamada no idioma local e que também significa, em outro contexto, “ser humano”), sendo a segunda língua a crioula/criol, falada em quase todo o país. (FERNANDES, 2021, p. 4).

A famosa rainha bijagó dos séculos passados, Okinka Pampa, foi uma figura política que deixou uma magnífica história por ter revelado a sua capacidade intelectual de negociação com os portugueses logo ao chegarem nas suas terras. Admirada pelos portugueses, que se depararam com a figura de uma grande mulher no comando da política local, ela enfrentou uma luta que travou sem trégua, impedindo que os portugueses se instalassem na costa ou que houvesse derramamento de sangue. (FERNANDES, 2021, p.12).

Entretanto, apesar de do citado, na Guiné-Bissau há se chamar atenção para o fato das mulheres não conseguirem ocupar lugar de destaque político e social devido à existência de uma mentalidade fortemente influenciada pelo sistema patriarcal. De acordo com Gomes e Monteiro (2020):

O que nos mostra claramente a reprodução de cultura patriarcal fortemente enraizada na sociedade guineense somada a um sistema desigual historicamente construído demarcando espaços e lugares determinados para cada gênero, o que tem afetado diretamente a participação ativa das mulheres nos lugares públicos. (GOMES e MONTEIRO, 2020, p. 157).

De modo geral os estudos feitos sobre gênero⁵ na Guiné-Bissau que falam mais da participação das mulheres na política e na tomada de decisões em termos gerais, carecem ainda de abordagens mais específicas que apresentem uma perspectiva voltada para a análise da participação feminina na diplomacia guineense. Deste modo, parece-nos importante a realização de pesquisas neste âmbito.

5.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO NA GUINÉ-BISSAU: LIMITES E POSSIBILIDADES

O investimento em políticas públicas no campo da educação, sobretudo nas escolas públicas, deve ser prioridade, considerando que este é um dos fatores importantes para o desenvolvimento do país. Segundo Bedeta (2013) os políticos guineenses pegam a administração pública e utilizam para fins pessoais e políticos, no setor do ensino em particular, através de mudança estável dos quadros técnicos e dos ministros (Ministério da educação Nacional). O impacto da corrupção no sistema educativo do país até 2009/2010 implicou uma taxa de analfabetismo de cerca de 56,28%, principalmente nas zonas rurais e na população feminina. A falta de escolaridade na Guiné-Bissau por parte das mulheres é uma das barreiras que impedem as mulheres de atuar nos diversos espaços públicos e ingressar, particularmente,

⁵ Os estudos como da Patrícia Alexandre Gomes Godinho, Odete Semedo, Miguel de Barros, e Artemisa O. Candé Monteiro.

na carreira diplomática. A educação dos jovens e das meninas em particular deveria ser priorizada, mas com base no mérito e nas capacidades individuais. (GOMES, 2016, p, 127).

Em agosto de 2018 a lei de paridade foi aprovada na Guiné-Bissau e discussões sobre as agendas de direitos das mulheres passaram a ter lugar. De acordo com Gomes e Monteiro (2020) a lei foi aprovada com 76 votos a favor, atribuindo uma quota de 36% de lugares elegíveis ocupados pelas mulheres no parlamento nacional, implementando um início de construção de igualdade e representatividade nas instituições de decisões onde a agenda para igualdade se tornou um dos temas principais da transformação após o início democrático no país.

Apesar da sua aprovação no parlamento esta lei ainda não está a ter grandes impactos uma vez que se encontra na fase inicial de sua implementação no país. Salienta-se, neste sentido, que na diplomacia guineense as mulheres são minorias em termos de representatividade. Apesar de não ser como antes, hoje em dia as mulheres estão conquistando lugares de destaque na Guiné-Bissau.

Mesmo com aprovação da lei n;4 2018, a sua aplicabilidade ainda é um desafio nas esferas políticos na Guiné-Bissau. Quer dizer embora haja uma evolução desde os dados apresentados nas últimas eleições legislativa para os cargos públicos, onde temos mulheres assumindo cargos de destaque, considera-se ainda a representação feminina nos diferentes níveis no país incompatível em termos populacionais. (GOMES e MONTEIRO, 2020, p.157).

É necessário também lançar concursos públicos para que todos para que todos possam concorrer sem manipulação, ajuda ou abuso de poder. Na mesma linha de pensamento, Gomes e Monteiro argumentam que:

É necessária uma sociedade, na qual o homem e a mulher são considerados socialmente, politicamente e economicamente iguais. Também a Constituição da República da Guiné-Bissau, nos seus artigos 24º e 25º estipula que “o homem e a mulher são iguais perante a lei, em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural” segundo a Constituição da República da Guiné-Bissau, 1973. (GOMES; MONTEIRO, 2020, p. 155).

Mas espera-se que estas trajetórias que estão propondo novas visões possam criar mudanças na sociedade e no aparelho do Estado, na política, no cenário diplomático, e nas outras áreas que são majoritariamente ocupadas por homens.

5.3 MULHERES NA DIPLOMACIA: DAS BARREIRAS À SUPERAÇÃO

Observando a participação das mulheres na diplomacia, percebe-se as barreiras, os exercícios e a superação destas neste âmbito. As leituras indicam que sempre existiu pouca representatividade das mulheres no corpo diplomático. De acordo com Salvaterra (2019, p. 31):

Durante as pesquisas realizadas em busca de quais seriam as primeiras mulheres diplomatas no mundo, entre uma delas tem a diplomata russa, Alexandra Mikhailovna Kollontai, que foi designada para posto de Oslo na Noruega, em outubro de 1922, e assumiria oficialmente em 1923. Segundo diplomata “Naturalmente, essa nomeação criou uma grande sensação, já que, afinal de contas, foi a primeira vez na história que uma mulher foi oficialmente ativa como embaixadora”. Teve como ponto principal em sua missão, efetuar o reconhecimento na época da União Soviética assim como estabelecer relações comerciais entre os países que havia sido rompido por conta das guerras, tendo êxito nas suas ações (SALVATERRA, 2019, p. 31)

Segundo Sanca (2019), no caso da Guiné-Bissau a diplomacia é um assunto relativamente novo, ainda mais quando se trata das mulheres na diplomacia. Sendo assim, a maior dificuldade que as mulheres passam para ingressar na carreira diplomática se constata depois de prestar o concurso, quando elas são aprovadas, não para começar a trabalhar como mandatárias, mas como estagiárias. Tem sido notado que, desde o início do período de multipartidarismo, constavam-se poucas mulheres na diplomacia guineense, e essa fragilidade tem se alastrado até os dias atuais. Como demonstram Gomes e Monteiro (2020), depois da conjuntura multipartidária entre 1994 e 1999, até as últimas eleições legislativas em 2018 e presidenciais de 2019, nota-se uma grande desigualdade entre homens e mulheres nos espaços públicos, sobretudo no poder político.

De acordo com o Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau (2010-2012, p. 37), as mulheres guineenses continuam a estar pouco representadas no Parlamento, com apenas 11% de deputadas. Depois do advento do multipartidarismo, em 1991, a proporção de mulheres deputadas na Assembleia Nacional Popular (ANP) nunca foi para além dos 20%.

É preocupante a forma como as mulheres guineenses são afastadas nos lugares de decisões políticas, ou seja, são silenciadas, principalmente na diplomacia, ocupada majoritariamente pelos homens, onde a presença – e por sua vez a voz - feminina é escassa. Com a maior parte da população guineense composta por mulheres, segundo Gomes e Monteiro (2016, p. 153) as mulheres na Guiné-Bissau contribuíram e contribuem para o sustento familiar e para o desenvolvimento da comunidade, seja através dos trabalhos individuais ou dos coletivos organizados em associações ou cooperativas.

Podemos admitir que boa parte do investimento na educação e economia na Guiné-Bissau é sustentada pelas mulheres. De acordo com Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau (2010-2012), baseado no último censo populacional de 2009, as mulheres representam um número ativo de 746.404, constituindo 51,5% da população guineense. Sua participação na economia é um dos elementos principais que contribuem na educação e saúde das crianças e dos integrantes da família, e seus esforços realizados nos trabalhos econômicos desempenham um papel importante em todos os níveis e áreas de desenvolvimento.

Apesar de alguma transformação positiva em termos econômicos e sociais, a política continua a ser o espaço da sociedade dominada por valores e atitudes patriarcais. De acordo com Salvaterra (2019):

A proibição da inserção da mulher como diplomata se deu em diversos continentes, e sempre com mesma alegação de que o espaço não era para elas. Neste sentido, salienta-se que a idealização do Estado por uma figura masculina foi amplamente imposta e apoiada durante anos. (SALVATERRA, 2019, p. 33).

Na Guiné-Bissau os homens pensam que uma mulher escolarizada vai abandonar os usos e costumes tradicionais, principalmente no interior do país onde predominam os valores tradicionais. Segundo o Relatório sobre a situação dos direitos Humanos na Guiné-Bissau (2010-2012), o desenvolvimento dos direitos das mulheres não é um ato de paridade entre a tradição e a modernidade, e as defesas dos direitos das mulheres não devem ser avaliadas como perda da tradição ou violação aos valores tradicionais.

As barreiras que as mulheres passam para ingressar na carreira diplomática incluem a corrupção generalizada e a falta de concursos públicos transparentes. Ressalta-se ainda que, na Guiné-Bissau, para conseguir um emprego nas instituições do Estado é, muitas vezes, necessário ter um partido ou ter uma espécie de “apadrinhamento” de algum partido político, tanto para o homem quanto para a mulher. Necessário salientar ainda que, na Guiné-Bissau, não é fácil se conseguir um emprego pelo próprio mérito, sobretudo quando se tratam de mulheres. Dito isso, Sanca (2019) observa que:

Na Guiné-Bissau existem dois tipos de diplomatas: por indicação político (doravante, diplomata político) e de carreira. O diplomata político é aquele indicado pelo partido político em poder, mas que não tem formação na área. Já o diplomata de carreira é aquele que possui formação na área de diplomacia e não é indicado pelo partido político. (SANCA, 2019, p.35).

Uma outra barreira que as mulheres enfrentam nas suas relações sociais na Guiné-Bissau refere-se ao colorismo, uma vez que na Guiné-Bissau ainda existe uma mentalidade de que as mulheres de peles mais claras são mais “civilizadas”, ou seja, são consideradas mais inteligentes. Neste sentido, essas mulheres “de pele mais clara” acabam por ter mais privilégios na sociedade diante de mulheres de “pele mais escura”, e essa desigualdade acaba trazendo um impacto negativo na vida das mulheres. Algumas mulheres optam por usar cremes para clarear a pele na luta para se tornarem um pouco menos negras e com intenções de sobressaírem-se na hierarquia social ou com a intenção de arranjar marido. (MANDINGA, 2018, p. 2).

Neste sentido, como se não bastassem as dificuldades que as mulheres enfrentam para entrar na diplomacia, estabelece-se uma disputa entre as próprias mulheres. Percebe-se, portanto, que a presença dos europeus na África, não somente colocou as mulheres como submissas, mas também criou uma certa desigualdade entre mulheres num espaço que é mais ocupado pelos homens.

O colorismo, nessa perspectiva, de acordo com Silva (2017), surge como uma maneira de exclusão social que considera as diferentes tonalidades de pele, segregando aqueles que possuem uma tonalidade da pele mais escura. (SILVA, 2017, p. 1). Podemos inferir, portanto, que, no caso do ingresso das mulheres guineenses na diplomacia, o colorismo constitui-se como mais um elemento dificultador.

A pouca representação feminina na carreira diplomática deve-se, portanto, as barreiras culturais da própria sociedade. Na história de Guiné-Bissau houve poucos momentos em que uma mulher liderou o Ministério de Negócios Estrangeiros ou qualquer outro espaço público de grandes decisões. Como aponta Moreira (2017), a cultura “di matchundadi”⁶ se define em hierarquias repressivas de controle e dominação, colocando os homens acima das mulheres, sendo estes um dos principais motivos que colocam os homens em primeiro lugar na sociedade e na participação dos processos de grandes decisões.

Apesar de os problemas de gênero não serem fixos ou terem só uma face, as mulheres, a despeito de suas biografias, sofrem discriminação pelo próprio status de serem mulheres (SANCA, 2019, p. 43). E essa discriminação é reforçada quando uma mulher procura um espaço público, e a diplomacia sendo um desses espaços apresenta uma série de barreiras dentre as quais o fato de as mulheres serem educadas para serem boas mães e vistas como suporte da casa. De acordo com Gomes e Monteiro (2020):

⁶ A cultura “di matchundadi” é assim, uma cultura codificada, sendo que é interligado de forma também ela codifica, através de práticas rituais e símbolos próprios, geralmente os associados ao exercício do poder e ao comando (MORREIRA, 2017, p. 2).

Em uma sociedade patriarcal como a da Guiné-Bissau, onde a figura feminina tem o seu papel associado ao espaço privado, como dona de casa, com o dever cuidar dos filhos, do marido ou de outros membros de família (alargada) e de fazer os deveres de casa (GOMES; MONTEIRO, 2020, p. 146).

Nessa perspectiva, como na diplomacia na maioria das vezes é necessário fazer contatos com outras nações, a atuação da mulher é dificultada. De acordo com Sanca (2019, p. 41 apud Balbino, 2011) por conta das injunções culturais e de gênero, algumas mulheres desistem de ir para missões em prol do bem-estar da família, e não porque não têm vontade ou não queiram assumir o posto. Na mesma linha de pensamento, segundo Sanca (2019, p. 40), “as diplomatas guineenses passam dificuldades dentro da carreira não por incapacidade de articular, mas pelas marginalizações institucionais que ainda consideram a mulher como incapaz de resolver os problemas da Guiné-Bissau no exterior”.

Apesar de todas as barreiras enfrentadas pelas mulheres para ingressar na carreira diplomática, as mulheres não estão desistindo de participar, ou seja, de lutar para quebrar as barreiras estruturadas pela sociedade desigual em que se encontram. No entanto, de acordo com Delamonica (2014, *apud* Friaça, 2012, p. 188) está em curso uma mudança de paradigmas.

A participação das mulheres na carreira diplomática pode ser um exemplo dessa mudança de paradigmas, em que a mulher passa a romper as barreiras que limitavam sua atuação âmbito doméstico, para começarem a atuar também em uma carreira de Estado, incentivada por diversas razões, desde motivos financeiros a questões de interesse pessoal (DELAMONICA, 2014, *apud* FRIAÇA, 2012, p. 188).

De um modo geral, tem se notado que as mulheres na liderança trabalham de uma forma mais cuidadosa, tanto dentro de casa como nas instituições, diferente dos homens que tendem a se achar superiores. Nessa linha de pensamento, Balbino (2011) argumenta que as mulheres diplomatas crescem mais rápido que os homens até o cargo de primeiro secretário, porque as mulheres como chefes se sentem muito pressionadas a mostrarem bons resultados no trabalho, como forma de representatividade para si e para outras mulheres.

6 METODOLOGIA

Tendo em consideração os objetivos traçados para desenvolvimento deste trabalho, justifica-se o uso da metodologia qualitativa com intuito de interpretar e discutir os assuntos encontrados no desenvolvimento da pesquisa. Pretendemos fazer uso de bibliografias já disponíveis sobre este campo de estudos, nomeadamente: artigos, teses, monografias,

dissertações e livros que tratem do tema ou de temáticas correlatas. Neste sentido usaremos estes materiais para a realização de análise de conteúdo referente ao nosso tema de pesquisa.

Pretendemos trabalhar também com análise documental, analisando documentos que abordem as questões de gênero na Guiné-Bissau, no intuito de compreender as dificuldades que as mulheres guineenses enfrentam de um modo geral e, particularmente, no que tange ao seu ingresso na carreira diplomática. Neste sentido, buscaremos apoio nestes documentos de modo a entender a trajetória das mulheres no cenário diplomático guineense. Pretendemos consultar documentos e diretrizes dos ministérios de Guiné-Bissau, como o Ministério de Negócios Estrangeiros. Nesta perspectiva, estas análises servirão para compreender quantas mulheres já ocuparam os cargos de decisões na diplomacia durante e pós independência. Buscaremos consultar ainda os documentos disponíveis no INEP-Bissau para entender as trajetórias das mulheres guineenses na área em discussão.

Em outra fase do trabalho, pretendemos realizar pesquisa de campo para obter relatos feitos a partir da realidade guineense vivida por estas mulheres. Realizaremos entrevistas com antigas funcionárias do Ministério de Negócios Estrangeiros, para compreender que tipos de dificuldades elas enfrentaram e enfrentam na diplomacia guineense. A priori, pretendemos proceder à aplicação de entrevistas também com um grupo de mulheres que estão pleiteando a carreira diplomática ou que já estejam ingressas nesta carreira. Neste sentido, os autores como Quivy e Campenhoudt (2005, p. 67), mostram que: “As entrevistas exploratórias têm, portanto, como função principal revelar determinados aspectos do fenômeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensando por si mesmo e, assim, completar as pistas de trabalho sugeridas pelas suas leituras.”

Quanto aos estudos e consultas de materiais institucionais, teremos como base análise dos trabalhos produzidos por instituições públicas – Ministério de Negócios Estrangeiros, Ministério da Mulher etc. – mas também os oriundos de Organizações Não Governamentais (ONG`s) que trabalham com questões de gênero, tais como: União Democrática das Mulheres (UDEMU), Movimento Nacional Sociedade Civil, entre outras entidades.

A partir dos procedimentos metodológicos expostos acima buscaremos compreender e analisar a participação destas mulheres e compreender as relações de gênero envolvidas neste cenário. Com experiências e relatos feitos por alguns sujeitos do processo, acreditamos que teremos contribuições importantes para a compreensão de como as mulheres analisam as próprias trajetórias dentro do cenário político guineense e, em particular, na diplomacia guineense.

7 CRONOGRAMA

Anos / Semestres	2022		2023		2024	
	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre
Levantamento bibliográfico complementar	X	X				
Revisão de Projeto	X	X				
Encontros com Orientador			X	X	X	X
Construção de referencial teórico		X	X	X	X	
Análise Documental			X			
Realização de Entrevistas				X		
Estruturação da Monografia				X		
Escrita da Monografia				X	X	
Revisão da Monografia				X	X	
Defesa do TCC						X

Referências

- BALBINO, Viviane Rios. **Diplomata. Substantivo comum de dois gêneros:** Um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira. Brasília, 2011.
- BARROS, Miguel de; SEMEDO, Odete Costa. **Participação das Mulheres na Política e na Tomada de Decisão na Guiné-Bissau - Da consciência, percepção à prática política.** In: Survey da UNIOGBIS 2013. 1ª ed. Bissau, Guiné-Bissau, out. 2013. Disponível em: <https://issuu.com/lgdh/docs/relatorio_do_estudo_participacaopol>. Acesso em: 22 ago. 2019.
- BEDETA, Garcia Biifa. Políticas educativas na Guiné-Bissau. Dissertação de mestrado; In: **Segundo ciclo de estudos.** Faculdade de Letras da Universidade de Porto, Porto-Portugal, 2013.
- DELAMOCICA, Laura Berdine Santos. **Mulheres diplomatas Brasileira.** Brasília, 2014.
- DIOP, Cheikh Anta. **Unidade Cultural da África Negra:** esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica. Edições Pedagogo, 2014.
- FENANDES, Itelvina José. **UNAK: Rituais de tradição da mulher Bijagó na Guiné-Bissau.** Trabalho de Conclusão de Curso. UNILAB. São Francisco do Conde Universidade, 2021.
- GOMES, P. A. G. 'As outras vozes': percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. **Revista Odeere**, v. 1, p. 121-145, 2016.
- GOMES, Patrícia Godinho. O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar. **Outros Tempos**, vol. 12, n.19, 2015 p. 168-189. ISSN:1808-8031, ago. 2015.
- GOMES, Peti Mama de; MONTEIRO, Artemisa Candé. Os desafios da lei de paridade na sua dimensão social e política: o caso das mulheres na Guiné-Bissau. **Cadernos de África contemporânea.** Vol. 03, nº. 6, ano 2020.
- INDJALÁ, Samuel. Sistema Educativo e Formação de Professores na Guiné-Bissau. In: **IV Congresso Nacional de Formação de Professores e XIV Congresso Estadual Paulista sobre a Formação de Educadores**, 2018, Águas de Lindóia, Anais... São Paulo: Água de Lindóia, 2018, p. 101. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- KOUDAWO, Fafali; MENDY, Peter. **Pluralismo Político na Guiné-Bissau:** uma transição em curso. INEP/Novagráfia Ltd: Bissau, Outubro 1996.
- MANDINGA, Aristides. **Black is Beautiful:** o clareamento das mulheres muçulmanas na Guine Bissau, setembro, 2018.
- MANGO, Calido. **Monopartidarism o e democracia na Guiné-Bissau:** transições políticas, conflitos e mediações. Trabalho de Conclusão de Curso. UNILAB. São Francisco do Conde, 2019, 32 p.

MOREIRA, Joacine Katar. **A Cultura di Matchundadi na Guiné-Bissau: Género, Violência, e Instabilidade Política.** Novembro 2017.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. Exploração. In: **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Lisboa: Grandiva, 2005.

LIGA GUINEENSE DOS DIREITOS HUMANOS. **Relatório sobre a situação dos direitos Humanos na Guiné-Bissau 2010-2012.** Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=RELAT%C3%93RIO+DOS+DIREITOS+HUMANOS+GUINE+BISSAU%2C+2010+e+2012%29.&btnG>. Acesso em: 12 jan. 2022.

SALVATERRA, Sara Cristina Semedo Fortes Jerônimo. **Mulheres na diplomacia contemporânea: Desafios e perspectivas nas relações internacionais.** Trabalho de Conclusão de Curso. UNILAB. São Francisco do Conde, 2019.

SANCA, Naentren Manuel Oliveira. **Inserção da mulher na carreira diplomática em Guiné-Bissau.** Trabalho de Conclusão de Curso. UNILAB. São Francisco do Conde, 2019.

SEMEDO, Rui Jorge. **Relatório sobre liderança política e civil na Guiné-Bissau, Possibilidade de estabelecimento de Academia de Treinamento para Liderança Política e Civil.** Guiné-Bissau 2018.

SILVA, Tatiana Maria Guimarães Silva e. O colorismo e suas bases históricas discriminatórias. **Revista UNIFACS,** Março. 2017.